

PARECER JURÍDICO

Requisitante: Comissão Permanente de Licitação

Processo: 2023.10.04.01

Natureza: Dispensa de Licitação

Veio a esta Procuradoria Jurídica, para análise, o Processo Administrativo nº 2023.10.04.01, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA NA ÁREA AMBIENTAL, JUNTO A AUTARQUIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IRAUCUBA - AMMAI.

O objeto da consulta seria a regularidade da contratação da empresa RODRIGUES & VIEIRA ADVOCACIA (CNPJ 41.246.138/0001-52), por meio de dispensa de licitação.

A respectiva contratação encontra-se devidamente justificada aos autos, cuja justificativa da contratação e preço, bem como escolha da empresa contratada condizem com as predisposições anotadas ao artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como jurisprudência do Tribunal de Contas da União para esses casos, cumprindo, dada máxima vênia, a dispensabilidade da realização de procedimento licitatório para concretizar a contratação em comento, em face da sua baixa relevância financeira, conforme orçamento constante aos autos.

A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deveriam ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública,

Outrossim, analisando os fólios dos presentes autos, verifica-se que a Administração Municipal, utilizou-se, para a presente contratação, a nova lei de licitações, motivo pelo qual os limites de basilares da dispensa pelo valor da licitação, foram alterados, permanecendo, atualmente, no patamar de R\$ 57.208,33 (Cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), motivo pelo qual passamos à análise do processo sob a seguinte perspectiva:

Do Processo de Contratação Direta

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II – estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III – parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV – demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V – comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI – razão da escolha do contratado;

VII – justificativa de preço;

VIII – autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Portanto, analisando tais considerações, verifica-se que aos autos do processo constam todos os documentos capazes de circunstanciar o feito, em

análise perfunctória dos fatos, consubstanciados ao mundo dos fatos, dentro da perspectiva almejada pela autoridade competente, na fruição em prol de contratação tida por necessária, segundo o Poder Discricionário inerente à função pública desenvolvida pelo Agente Político que gerencia a pasta orçamentária Contratante.

Entendo ser possível sim a contratação com base na nova lei. Em primeiro lugar, porque, conforme menciona o artigo 191 da Lei 14.133/2021, a sua vigência é imediata, o que significa já estar à nova lei apta para ser aplicada desde a sua publicação, conforme redação do referido artigo:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o Inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Como se observa, durante dois anos a Administração terá à sua disposição três formas de fazer as suas contratações: pelo novo regime, pelos regimes da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/02 ou, ainda usar ora um, ora outro regime, proibindo-se que haja a combinação da nova lei com as citadas e a opção escolhida deverá vir expressa no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta.

Em segundo lugar, não obstante muitos entenderem ser necessário aguardar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para a aplicação da nova lei, o artigo 72 que estabelece os documentos que devem compor o processo de dispensa, em seu artigo único, menciona que o ato autorizador da dispensa deve ser publicado em sítio eletrônico oficial e não no PNCP:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;



II – estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III – parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV – demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V – comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI – razão da escolha do contratado;

VII – justificativa de preço;

VIII – autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato **deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.**

Em terceiro lugar, o artigo 94 informa que “a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos...”, mas o artigo 95 traz as hipóteses em que o contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil como por exemplo a nota de empenho, apresentando no inciso I a dispensa de licitação em razão de valor.

Por esse artigo é possível entender que, quando a dispensa se basear nos incisos I e II do artigo 75 (compra direta de valores para obras, serviço de engenharia e manutenção de veículos até 100 mil e 50 mil para outros serviços e compras) não há necessidade de que se faça um contrato e, conseqüentemente, não há necessidade de publicação no PNCP.

Por fim, em pesquisa de preços realizada entre empresas do ramo, verificou-se que **RODRIGUES & VIEIRA ADVOCACIA** ofertou o menor preço para a prestação dos serviços em tela, cumprindo precipuamente a prerrogativa de consulta aos preços de mercado, objeto da licitação. Corroborando o dito, anotamos abaixo jurisprudência do Tribunal de Contas da União que arremata, finalmente, a questão em tablado:

2. Nas contratações diretas não há que se falar em direcionamento ilícito, pois a escolha do contratado é opção discricionária do gestor, desde que satisfeitos os requisitos estabelecidos no art. 26 da Lei 8.666/1993; justificativa do preço, razão da escolha do contratado e, se for o caso, caracterização da situação emergencial.

Solicitação do Congresso Nacional motivou investigação em obras de recuperação e reconstrução de rodovias, obras de artes, escolas e postos de saúde em 48 municípios piauienses, realizadas com recursos federais em razão de situação de emergência ocasionada por fortes chuvas ocorridas no exercício de 2009. A fiscalização do TCU apontou indícios de irregularidade, entre outros, na condução de processos de dispensa de licitação por emergência. Para a unidade técnica, teria havido fraudes, vez que a definição das empresas contratadas teria ocorrido antes da apresentação das respectivas propostas e das outras empresas, caracterizando direcionamento das contratações e violação do princípio da isonomia. Ao discordar dessa posição o relator ponderou que a essência do instituto da contratação direta é justamente a escolha do futuro contratado pela Administração: *“Trata-se de opção do legislador, com expresse amparo no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, em que se entende que o interesse público será melhor atendido caso a administração efetue contratações sem a realização de prévia licitação”*. Esclareceu ainda: *“Nessas situações, o princípio da isonomia tem a sua aplicação pontualmente afastada em prol de outros interesses públicos. No caso concreto, de acordo com o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, a urgência em atendimento de situações de calamidade pública provocou a necessidade de realização de contratações por dispensa de licitação. Em sendo assim. Não vislumbro sentido em se falar em direcionamento ilícito para a realização de contratações diretas”*. O relator destacou também, ao analisar o caso concreto, que *“a existência de outras propostas de preços, além daquela contratada, possui por objetivo justificar o preço a ser contratado. Não há que falar, como aponta a unidade técnica, na realização de um procedimento de disputa para se averiguar a proposta mais vantajosa. Caso assim fosse, não se estaria falando de dispensa de licitação propriamente dita”*. Concluiu o ponto afirmando não estar a irregularidade

em tela caracterizada, pois os requisitos de que trata o art. 26 da Lei 8.666/1993 foram atendidos: justificativa do preço, razão da escolha do contratado e caracterização da situação emergencial. **Acordão 1157/2013-Plenário, TC 011.416/2010-6, relator Ministro Benjamin Zymler, 15.5.2013.**

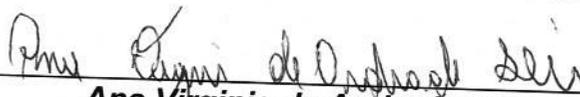
Inobstante a isso, destaque-se que se atine o gestor para, nas próximas contratações, observar o objeto preterido para fins de evitar o fracionamento de despesas do objeto em reclame, abstendo-se de contratações isoladas, tendo o planejamento anual como prerrogativa de trabalho e arma da administração para uma Governabilidade pautada na excelência dos serviços públicos prestados, sobretudo na obtenção, sempre, de melhores vantagens à Administração Municipal, pautado na premissa do processo licitatório em detrimento a outras formas de contratação.

Por fim, recomendo que a Administração Municipal requirite da empresa que ofertou o melhor preço para a execução dos serviços, memorial detalhado dos custos unitários de cada item que compõe o orçamento, sobretudo no que é pertinente ao percentual de desconto aplicado aos valores do Plano de Trabalho da Secretaria Contratante, base de preços e valores de premiação, constantes das gincanas e competições.

Assim sendo, após apreciação do procedimento, opino pela sua **APROVAÇÃO** tendo em vista encontrar-se dentro dos preceitos determinados ao bojo do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais artigos aplicáveis à espécie.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Irauçuba – CE, 18 de outubro de 2023



Ana Virginia de Andrade Silva

OAB/CE: 36.602